



Estado do Pará
 Prefeitura Municipal de Abaetetuba

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
 PMA
 REGISTRO 02/01/2020
 PUBLICAÇÃO 02/01/2020

Eliete Moutinho
 Eliete Maria Gomes Moutinho
 Assessora Especial
 Portaria 013/2017

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2020

TERMO DE FOMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ABAETETUBA E A ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIENTES DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA – ADEMA.

Pelo presente instrumento de Convênio, o **MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PREFEITURA MUNICIPAL**, inscrita no CNPJ sob o número 05.105.127/0001-99, com sede na Rua Siqueira Mendes, nº 1359, nesta Cidade de Abaetetuba, Estado do Pará, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **ALCIDES EUFRÁSIO DA CONCEIÇÃO NEGRÃO**, brasileiro, casado, biólogo, portador da Cédula de Identidade nº 1568370-SSP/PA e CPF. nº 279.796.442-04, residente e domiciliado à Travessa Tancredo Neves, nº 2483 Bairro São João, neste município doravante denominado de **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** e a **ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIENTES DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA** inscrita no CNPJ sob o nº 01.964.067/0001-09, com sede á Travessa Philo Nery, nº 1398, Santa Rosa, Abaetetuba – Pará, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada neste ato pelo seu Presidente, Sra. **JOSÉ DA SILVA RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, professor, portador da Carteira de identidade nº 2786747 SSP-PA e CPF nº 172.759.542-49, residente a Rua Coronel Pedro Borges do Rego, nº 1210, bairro Santa Rosa, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** os quais firmam o presente instrumento em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e legislação posterior, o presente **TERMO DE FOMENTO**, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente se outorgam e se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O presente termo de fomento e para a cooperação financeira para manutenção da Associação dos Deficientes do Município de Abaetetuba conforme Anexo I que faz parte do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES:

- São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

PREFEITURA MUN. DE ABAETETUBA
 Recebi: _____
 Em: _____
 Hora: _____
 SEMAD



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Abaetetuba

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PMA
REGISTRO 08/01/2020
PUBLICAÇÃO 08/01/2020

Assessoria Especial
Portaria 013/2017

- a) liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
- b) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- c) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- d) viabilizar o acompanhamento de liberação de recursos;
- e) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- f) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração/termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), mensais correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 04.153.0001.2.2037, Apoio as Entidades institucionalizadas - Classificação Econômica: 3.3.50.43.00, Subvenções



Estado do Pará

Prefeitura Municipal de Abaetetuba

Sociais, Sub Elemento: 3. 3.90.43.99 Outras Subvenções Sociais, Fontes de Recursos Ordinários 10010000 Recursos Ordinários Prevista na Lei Orçamentária nº 547/2019

Elizete Maria Gomes Assessoria Especial
Portaria 013/2017

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2- As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.3- Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS:

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Abaetetuba

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PMA
REGISTRO 02/01/2020
PUBLICAÇÃO 02/01/2020
Eliete Maria Gomes Mourinh
Assessora Especial
Privada 09/2019

- VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições fins lucrativos;
- VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA:

6.1 - O presente Termo de Colaboração/Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação _ 02/01/ 2020 à 31/12/2020, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração/termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;
- V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Abaetetuba

PROCURADORIA DO MU
PMA
REGISTRO 02/0
PUBLICAÇÃO 02/10
Eliete Maria Gomes Moura
Assessora Especial
Portaria 01370/17a

próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar a execução das metas ou atividades pactuadas:

- I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I - extrato da conta bancária específica;
- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

- I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

A



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Abaetetuba

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PMA
REGISTRO 02/10/2017
PUBLICAÇÃO 02/10/2017
Eliete Maria Gomes Moutin
Assessora Especial
Portaria 015/2017

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

- I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II - os impactos econômicos ou sociais;
- III - o grau de satisfação do público-alvo;
- IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

- I - aprovação da prestação de contas;
- II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
- II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Abaetetuba

PROCURADORIA DO M
PMA
REGISTRO 02/10
PUBLICAÇÃO 02/11

Eliete Maria Gomes Moutinho

Assessora Especial
Portaria 013/2017

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

- I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES:

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Abaetetuba

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PMA
REGISTRO 02/10/2017
PUBLICAÇÃO 02/10/2017

Eliete Maria Gomes Mout...
Assessora Especial
Portaria 013/2017

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES:

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES:

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

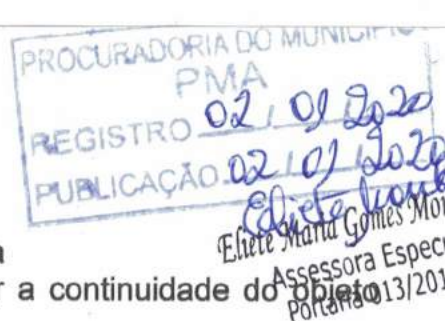
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Abaetetuba



consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE:

13.1 - A eficácia do presente /termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no mural da prefeitura e na sede da entidade, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Abaetetuba

PROCURADORIA DO MU
PMA
REGISTRO 02/0
PUBLICAÇÃO 02/0

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO:

Eliete Maria Gomes Moutin
Assessora Especial
Portaria 013/2017

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Abaetetuba, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Abaetetuba 02 de janeiro de 2020.

Alcides Eufrásio da Conceição Negrão
Prefeito
Município de Abaetetuba

Alcides Eufrásio da Conceição Negrão
Prefeito Municipal de Abaetetuba

José da Silva Rodrigues
R.G.: 2786747

José da Silva Rodrigues
Organização da Sociedade Civil



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Abaetetuba

PROCURADORIA DO MU
PMA
REGISTRO 2/10
PUBLICAÇÃO 2/10

Eliete Maria Gomes Mout...
Assessora Especial
Portaria 013/2017

**TERMO DE FOMENTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA E A
ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIENTES DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA
- ADEMA**

ANEXO I

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

PARCELA	MÊS/ANO	VALOR (R\$)
01	JANEIRO/2020	2.300,00
02	FEVEREIRO/2020	2.300,00
03	MARÇO/2020	2.300,00
04	ABRIL/2020	2.300,00
05	MAIO/20	2.300,00
06	JUNHO/2020	2.300,00
07	JULHO/2020	2.300,00
08	AGOSTO/2020	2.300,00
09	SETEMBRO/2020	2.300,00
10	OUTUBRO/2020	2.300,00
11	NOVEMBRO/2020	2.300,00
12	DEZEMBRO/2020	2.300,00
TOTAL		27.600,00



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Abaetetuba

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PMA
REGISTRO 02/01/2020
PUBLICAÇÃO 02/10/2020

Eliete Maria Gomes Moutinho
Assessora Especial

TERMO DE FOMENTO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA E A ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIENTES DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA – ADEMA

ANEXO II

PLANO DE APLICAÇÃO

MÊS/ANO	ADEMA	VALOR (R\$)
JANEIRO/2020	2.300,00	Funcionamento da ADEMA
FEVEREIRO/2020	2.300,00	
MARÇO/2020	2.300,00	
ABRIL/2020	2.300,00	
MAIO/2020	2.300,00	
JUNHO/2020	2.300,00	
JULHO/2020	2.300,00	
AGOSTO/2020	2.300,00	
SETEMBRO/2020	2.300,00	
OUTUBRO/2020	2.300,00	
NOVEMBRO/2020	2.300,00	
DEZEMBRO/2020	2.300,00	
TOTAL	27.600,00	

2/1



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Abaetetuba

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PMA
REGISTRO 02/01/20
PUBLICAÇÃO 02/01/20

DECLARAÇÃO

Eliete Maria Gomes Moutinho
Eliete Maria Gomes Moutinho
Assessora Especial
Portaria 013/2017

Declaro para os devidos fins de cumprimento do disposto na Instrução Normativa N.04/03-TCM que o extrato de Termo de Fomento firmado com a ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIENTES DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, para proporcionar e viabilizar ajuda financeira para o funcionamento da Associação, na busca de melhores condições de vida aos portadores de necessidades especiais, foi afixado nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Abaetetuba, no prazo da lei.

Abaetetuba, 02 de janeiro de 2020.

Alcides Eufrásio da Conceição Negrão
Alcides Eufrásio da Conceição Negrão
Prefeito
Município de Abaetetuba

[Handwritten mark]



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Abaetetuba

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PMA
REGISTRO 02/01/2020
PUBLICAÇÃO 02/01/2020

Eliete Maria Gomes Moutinho
Eliete Maria Gomes Moutinho
Assessora Especial
Portaria 013/2017

EXTRATO DE CONVÊNIO

PARTES: MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PREFEITURA MUNICIPAL E ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIENTES DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - ADEMA

OBJETO: PROPORCIONAR E VIABILIZAR AJUDA FINANCEIRA PARA O FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO, NA BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

VALOR GLOBAL: R\$ 27.600,00 (VINTE E SETE MIL E SEISCENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 02 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: AÇÃO Nº 04.153.0001.2037 APOIO AS ENTIDADES INSTITUCIONALIZADAS, CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA Nº 3.3.50.43.00, SUBVENÇÕES SOCIAIS SUB ELEMENTO 3.3.90.43.99 OUTRAS SUBVENÇÕES SOCIAIS PREVISTA NA LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 547/2019.

ORDENADOR: ALCIDES EUFRÁSIO DA CONCEIÇÃO NEGRÃO, PREFEITO MUNICIPAL DE ABAETETUBA